

Entrevista a José Manuel Santos, coordenador do Instituto de Filosofia Prática e director do curso de Filosofia

“Um objectivo importante do IFP passa pela internacionalização”

O Instituto de Filosofia Prática (IFP) está a funcionar na UBI há três anos. O balanço das primeiras actividades é feito agora por José Manuel Santos, docente responsável pelo IFP, que refere ainda quais os próximos passos a serem dados por esta unidade de investigação.

Catarina Rodrigues e Eduardo Alves

Urbi – O IFP tem-se revelado importante no desenvolvimento da investigação na área da Filosofia. Que balanço faz destes primeiros anos de existência?

José Manuel Santos – Um balanço globalmente positivo. Houve uma fase de lançamento em 2002 e depois tivemos um financiamento para o biénio de 2004 e 2005, atribuído com base numa avaliação feita por um painel de peritos em 2003, na qual obtivemos a classificação de “*Very Good*”, o que significa que os avaliadores depositaram uma grande confiança no potencial científico da equipa que formava a unidade.

Durante estes primeiros anos de actividade tentámos fazer um trabalho que correspondesse à confiança que foi depositada em nós. Penso que o trabalho que desenvolvemos é suficiente para justificar a boa classificação que tivemos. É óbvio que o nosso objectivo é manter este nível elevado.

U – Quais os projectos que estão a ser desenvolvidos?

J.M.S. – Terminámos há pouco um projecto que investigou as bases filosóficas da comunicação. Agora, os projectos são sobretudo nas áreas da Teoria Política, da Ética e da Fenomenologia. Na Política trata-se de investigar os conceitos fundamentais que estão na base da natureza do político, ou seja os conceitos que chegaram até nós vindos das três grandes tradições, dos três momentos fortes da filosofia ocidental: os gregos, o cristianismo e o iluminismo moderno. O objectivo é tentar explicar a origem de conceitos como democracia, Estado de direito ou direitos do homem, por exemplo.

No campo da Fenomenologia estamos, em colaboração com o Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, que é uma unidade desta área muito bem classificada, a elaborar um glossário de conceitos fundamentais, assim como algumas traduções de textos clássicos de fenomenologia, sobretudo alemães e franceses. No IFP estamos a traduzir um livro de Ética Fenomenológica do filósofo alemão Edmund Husserl. Este projecto conta com financiamento próprio da FCT.

U – Quantos investigadores estão envolvidos?

J.M.S. – O Instituto conta com dez investigadores com o estatuto de membros efectivos, seis dos quais doutorados. O projecto de Fenomenologia é algo mais vasto e nós somos apenas uma parte do total da iniciativa. Trabalhamos nesse projecto investigadores das Universidades de Coimbra, de Lisboa (Clássica) e da Universidade Católica.



“Vamos assegurar as disciplinas consideradas canónicas”

U – Quais os próximos passos a serem dados?

J.M.S. – Temos quatro investigadores que ainda não estão doutorados. Dai que um dos passos importantes vá no sentido de estes terminarem as suas teses de doutoramento, que estão a ser feitas na área de investigação do Instituto. Este passo é tão importante para eles como para o IFP. Outro objectivo passa por aprofundar temáticas e desenvolver problemáticas onde se possam apresentar trabalhos com alguma originalidade. Um terceiro objectivo importante passa pela internacionalização. Por agora temos parceiros portugueses, nomeadamente em Coimbra e em Lisboa. Com o crescente número de contactos com colegas espanhóis, brasileiros, franceses e alemães, vamos tentar estabelecer parcerias com equipas estrangeiras que se estejam a debruçar sobre os mesmos temas.

U – Em que ponto está a criação de uma biblioteca especializada nas áreas de investigação do IFP?

J.M.S. – Esse é um passo indispensável para todas as unidades de investigação desta área. Todas têm bibliotecas especializadas, a funcionar em espaços próprios. Como estamos a investigar nas áreas da Ética, da Política e da Fenomenologia estamos a constituir fundos bibliográficos nestas áreas. Grande parte das somas que nos foram atribuídas pela FCT foram para a aquisição de livros. Estamos a constituir uma base, mas ainda falta muito para termos uma biblioteca especializada que seja suficiente para as nossas necessidades.

U – Num artigo de opinião publicado no Urbi@Orbi, fala de dois aspectos positivos de Bolonha: a aposta nos três ciclos de estudos e a investigação. Estas serão assim as grandes vantagens da mudança?

J.M.S. – A ideia de universidade esteve sempre associada à ideia de fazer investigação. Acontece que as universidades portuguesas estive-

ram, até agora, muito centradas na licenciatura. A legislação de Bolonha vem inverter esta relação. Passam a existir três ciclos sendo que dois deles, o mestrado e o doutoramento, são por assim dizer mais especificamente universitários. O doutoramento é mesmo reservado às universidades. A partir de agora as universidades têm de estar conscientes que, para o serem, têm de ter os três ciclos e têm que dar uma grande atenção ao mestrado e ao doutoramento. Com Bolonha vai haver uma “Agência de Acreditação” (nacional e mais tarde europeia) que irá verificar se uma dada universidade tem potencial de investigação numa dada área para poder criar um mestrado ou um doutoramento.

U – Alertou também dois perigos: “um certo pedagogismo e uma inquietante tendência para a burocracia”.

J.M.S. – Estamos habituados a que tudo o que nos chega da “Europa”, ou de “Bruxelas”, contenha uma certa carga burocrática, e Bolonha não é excepção à regra. Isto traduz-se numa série de disposições normativas que entram demasiado nos pormenores das acções, asfixiando a liberdade dos agentes. Para quem é professor, estudante ou investigador isso traduz-se numa enorme carga de trabalho a preencher formulários, a fazer relatórios e a contabilizar horas e minutos de estudo, de “contacto”, de “tutoria”, etc., sendo que estas contabilidades de horas podem não ter, e não têm, nenhum significado para o essencial, ou seja para a questão de saber se os jovens adquiriram, ou não, na sua passagem pela universidade, conhecimentos e competências. As normas de avaliação e o calendário de aulas e exames não devem ser pensados de maneira centralista e abstracta, como aconteceu até agora na UBI. Avaliar um estudante de Filosofia ou de Literatura não é a mesma coisa que avaliar um estudante de Engenharia. Penso que, se for bem interpretado, o processo de Bolonha implica este tipo de liberdade.

U – O que vai mudar no curso de Filosofia com o Processo de Bolonha?

J.M.S. – Vamos assegurar as disciplinas que são consideradas canónicas, que fazem parte de uma boa formação de base, ou seja, a História da Filosofia, a Ética, a Filosofia Política, a Ontologia, entre outras. Há depois margem para algumas cadeiras de opção livre, mesmo fora da Filosofia. E poderá mesmo haver margem para uma *minor* noutra área.

U – E ao nível das pós-graduações?

J.M.S. – Tal como diz a nova “lei dos graus”, o objectivo das pós-graduações é o de um *aprofundamento* e de uma *especialização*. Na medida em que, em Filosofia, a equipa docente que existe na universidade é reduzida e em que há alguma especialização na área da Filosofia Prática, é natural que as especializações que vamos propor apontem para as áreas da Filosofia Moral e Política. Todavia, disciplinas como a Antropologia Filosófica ou a Metafísica também poderão ser incluídas, visto que abordam “fundamentos” da Ética e da Política.

U – Sendo a Filosofia uma área multidisciplinar como é a relação desta com as restantes licenciaturas da UBI?

J.M.S. – Tem havido uma relação frutuosa com outros cursos. No de Arquitectura, por exemplo, existem duas cadeiras de índole filosófica, que são a Filosofia do Habitat e a Estética da Arquitectura. Na vertente da Ética há uma relação estreita com os cursos de Engenharia Informática, de Marketing e de Psicologia, onde há cadeiras de Ética adequadas a essas especialidades. A minha ideia, que tento explicar aos colegas de outras áreas científicas, é a de que, tal como acontece em universidades estrangeiras, há certas disciplinas filosóficas que deviam ser obrigatórias em todos os cursos da UBI, nomeadamente a Ética. Na Ética são dadas ao estudante as bases do pensamento ético ocidental, que em seguida são aplicadas às respectivas áreas científicas e profissionais, nas chamadas deontologias. Um engenheiro civil tem de ter em conta, no exercício da sua profissão, normas éticas, tal como um jornalista, um director de marketing, um gestor, etc. Antes de aprender as regras deontológicas, o estudante deve ser familiarizado com as principais ideias do pensamento ético ocidental. Defendo uma cadeira de Ética em todos os cursos da universidade. Além disso, nos de índole artística, como os de Arquitectura, *Design* ou Cinema, também são indispensáveis disciplinas de Estética.

perfil



José Manuel Boavida Santos nasceu em Lisboa. Foi na capital que fez “o liceu” e foi na universidade da maior cidade portuguesa que acaba por ingressar no curso de Medicina. Recorda “o dissecar de cadáveres e as aulas de um primeiro ano” que acaba por completar. Mas desde os anos de preparação para o Ensino Superior, altura em que começou a estudar Filosofia, que esta disciplina lhe tomou conta do pensamento. O espírito de aventura falou mais alto que a vontade dos pais e “que uma carreira assegurada” e decide abandonar as ciências do corpo para ir estudar Filosofia em França. Parte para terras gaulesas e acaba por fazer o seu mestrado na Universidade de Paris I, Sorbonne. A ida para o estrangeiro deveu-se ao facto de “naquela altura pensar encontrar aí melhores cursos na área que ia estudar”. O francês era a língua estrangeira que dominava “quando era jovem”. José Manuel Santos recorda que, “naquela época, em Lisboa, era tão fácil encontrar nas livrarias obras em francês como em português”. Essa proximidade com a língua gaulesa acabou por ser decisiva na escolha da França como país para “aprofundar os estudos”. Desde essa altura que se dedicou “ao estudo da Fenomenologia”, corrente filosófica que mais tarde, na Alemanha, também lhe vai ocupar o doutoramento, numa tese que foi dedicada “à filosofia de Edmund Husserl”. Foi também na Alemanha, em Colónia, que ensinou pela primeira vez, começando por “dar algumas aulas de francês” numa escola de línguas. Em seguida, durante seis anos, ensina Filosofia na Universidade de Wuppertal. Em 1995 “entrei no curso de Comunicação da UBI”. O docente refere que “já tinha alguma ligação ao jornalismo e à comunicação social”, nomeadamente pela experiência adquirida no rádio “Voz da Alemanha”, onde fez trabalhos como jornalista *freelancer*. Na UBI “comecei por leccionar a cadeira de Sociedade e Comunicação” e mais tarde, com a reestruturação do curso, “passei também a ser responsável pela cadeira de Ética”.

Este homem da Filosofia, nos tempos livres, gosta de apreciar arte contemporânea, com predilecção para o abstractacionismo expressionista (informal), dar alguns passeios e fazer *jogging*.